

## SINOPSE DE REUNIÃO

### ***“Reunião Extraordinária do Subcomitê da Lagoa de Araruama”***

**Documentos convocatórios:** Ofícios CBHLSJ n.º 98/2025, de 17 de outubro de 2025.

**Data:** 24/10/2025

**Hora:** 09h

**Local:** Sede do CBHLSJ.

**Presentes:**

**Membros:**

Thiago Dutra Ferreira (Prefeitura Municipal de Iguaba Grande); Mário Flávio (Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia); Breno Bento (Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia); Monique Martins Vicente (OSB-LAGOS); Felipe Serpa (ACIASP); Arnaldo Villa Nova (Viva Lagoa); Talita de Castro Mallmann (OAB-SPA); Roni Ribeiro (APAGPLA); Aline Araújo (Prolagos); Paulo Cesar Pinheiro (ASPAPRAB).

**Convidados:**

José Luiz (Observatório); Ricardo C. (Prolagos); Jeferson Marques (Prolagos); Marcos Vinicius (Prolagos); Breno Perrota (ASPAPRAB); Don Anderson (ASPAPRAB); Leandro C. Mattos (Colônia Z-29 Iguaba Grande); Samara Miranda (CILSJ); Aline Ribeiro (CILSJ).

**Pauta:**

- 1. Apresentação da proposta de porto pesqueiro e transporte de passageiros - DNIT;**
- 2. Criação do grupo de trabalho dos canais de macrodrenagem;**
- 3. Apresentação das obras previstas da Revisão Quinquenal (programadas, em curso e finalizadas);**
- 4. Proposta para elaboração de resolução para o reuso das águas das ETE Iguaba e São Pedro;**
- 5. Assuntos gerais.**

**Resumo:** O sr Roni Ribeiro da APAGPLA iniciou informando a inclusão das pautas 3 e 4, e posteriormente abriu a reunião com o item **1 - Apresentação da proposta de porto pesqueiro e transporte de passageiros - DNIT**. Foi realizada a apresentação virtual da proposta pelo Sr. Mauro, do DNIT, que destacou a importância da implantação de um sistema de transporte hidroviário na Lagoa de Araruama, fundamentado na elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA). Durante a apresentação, foram descritas as etapas de aprovação jurídica, administrativa e orçamentária necessárias para o avanço do projeto, bem como o objetivo geral do estudo, as vantagens e limitações do transporte hidroviário e a caracterização técnica da lagoa, incluindo dimensões, dinâmica hidrológica e aspectos ambientais. Ele também detalhou a metodologia prevista para o EVTEA, abrangendo levantamentos de campo, análises ambientais e socioeconômicas, modelagens hidrodinâmicas e estudos de custos e benefícios. Ao final, apresentou o plano preliminar de ações previstas até a eventual execução das obras, caso aprovado o projeto, esclarecendo que os estudos poderão viabilizar iniciativas de melhoria, como a implantação de instalações portuárias nos municípios, além de fornecer subsídios técnicos para a busca de financiamentos futuros. O Sr. Francisco, representante da APASLA, comentou sobre a proposta que contempla o uso dos canais da lagoa para o transporte hidroviário, ressaltando a importância do envolvimento de todos os municípios no processo. Na sequência, o Sr. Paulo César, da ASPAPRAB, questionou se os

locais propostos para as intervenções do projeto estariam muito próximos aos principais pontos de pesca utilizados pela Associação, o que poderia impactar negativamente a atividade pesqueira. A preocupação foi reforçada pelo Sr. Francisco, que alertou para a necessidade de atenção na definição do percurso da hidrovia, considerando que as embarcações transitarão próximas às armadilhas licenciadas e às rotas migratórias dos peixes. O Sr. Roni concordou com as observações apresentadas e destacou a importância de ouvir todas as partes envolvidas para aperfeiçoar a proposta. Em seguida, o Sr. Leandro, da Colônia de Pescadores de Iguaba Grande, abordou a relevância do ordenamento náutico na Laguna, considerando, além dos pescadores e banhistas, o aumento do fluxo de embarcações durante os períodos de alta temporada, o que eleva os riscos à segurança. Também foi mencionado o problema da redução do espaço de atuação das associações e colônias, uma vez que qualquer indivíduo pode exercer a atividade pesqueira na laguna. O Sr. Thiago, de Iguaba Grande, reforçou as preocupações ao questionar os impactos do trajeto da hidrovia, especialmente em relação ao trânsito de embarcações e ao ruído gerado na região. Em resposta, o Sr. Mauro esclareceu que o DNIT já está buscando parcerias para viabilizar o uso de embarcações elétricas ou híbridas no projeto, além de avaliar as certificações necessárias para as futuras instalações portuárias. Informou ainda que, após a conclusão dos estudos, será iniciada a fase de elaboração dos projetos. Por fim, o Sr. Francisco consultou os presentes quanto ao acordo sobre a proposta apresentada, a fim de possibilitar o encaminhamento às próximas etapas. A Sra. Aline, representante da Prolagos, questionou quais seriam os próximos passos após a aprovação da proposta. O Sr. Mauro, do DNIT, informou que será elaborada uma Nota Técnica para encaminhamento à Procuradoria interna do órgão e, posteriormente, serão iniciados os ajustes necessários para a formalização do Termo de Cooperação Técnica, no qual serão definidas as responsabilidades de cada entidade, sendo inicialmente atribuída ao Consórcio a execução dos projetos e ao DNIT a elaboração dos estudos. A Sra. Aline reforçou sua preocupação quanto ao papel dos municípios no projeto e sobre a possibilidade de falta de apoio por parte destes, temendo que a proposta seja aprovada na reunião, mas posteriormente rejeitada pelas administrações municipais. O Sr. Francisco esclareceu que, após a aprovação, será realizada a convocação dos municípios para apresentação da proposta e coleta de sugestões, destacando que o tema já é uma demanda antiga da região e que o envolvimento de todos é essencial. Ressaltou ainda a importância da demarcação das áreas de tráfego aquaviário, afirmando que a passagem pelas regiões mais profundas da lagoa pode contribuir para minimizar os impactos sobre as zonas de pesca utilizadas pelos pescadores. O Sr. Mauro concordou e reiterou que a cooperação dos municípios é fundamental para o avanço do projeto, razão pela qual o DNIT buscou articular ações por meio do Consórcio, que integra representantes das administrações municipais. Na sequência, o Sr. Arnaldo apresentou dúvida acerca da velocidade média das embarcações, ao que o Sr. Mauro respondeu que, em geral, não ultrapassa 30 nós, embora o valor final dependa dos resultados dos estudos e testes a serem conduzidos no EVTEA. Em seguida, o Sr. Felipe, da Associação Comercial de São Pedro da Aldeia, questionou sobre uma apresentação anterior envolvendo temas semelhantes que não havia sido aprovada na época, solicitando esclarecimentos sobre as diferenças entre aquela iniciativa e a proposta atual do DNIT. O Sr. Mauro explicou que não existe relação entre os dois projetos, e o Sr. Francisco complementou informando que a proposta anterior era de uma instituição privada, contemplando dois modais — transporte de cargas e terminal pesqueiro. O transporte de cargas já havia sido descartado, enquanto o terminal pesqueiro seria de interesse da comunidade pesqueira. Destacou que, diferentemente daquela proposta, o DNIT retorna agora ao Comitê com uma apresentação mais estruturada, articulada e acompanhada de estudos técnicos, construída em diálogo com a comunidade pesqueira local, buscando avançar na interlocução com os municípios. Em seguida, foi realizada a votação da proposta, que obteve um voto contrário do Sr. Arnaldo e foi aprovada

pelos demais membros, ficando autorizada a continuidade para as próximas etapas necessárias.

Posteriormente procedeu-se com o item **2 - Criação do grupo de trabalho dos canais de macrodrenagem**. O Sr. Roni iniciou sua fala abordando os pontos críticos de poluição na região, destacando especialmente as Áreas 1 e 2, bem como o canal do Itajuru, que apresenta acentuado assoreamento, reduzindo o volume de água que chega à Laguna de Araruama. Ele explicou que, para acompanhar esses e outros problemas semelhantes, está sendo proposta a criação de um grupo de trabalho. Em seguida, o Sr. Francisco reforçou o tema, ressaltando a necessidade de supervisão contínua dos canais de macrodrenagem e propondo a formação de um grupo de trabalho voltado ao monitoramento de questões relacionadas ao tempo molhado e ao saneamento na região. Destacou, ainda, os principais impactos enfrentados pelas comunidades pesqueiras e a importância de buscar soluções para problemas que envolvem responsabilidades não especificadas nos contratos com as empresas prestadoras de serviços de água e esgoto. Todos os presentes manifestaram concordância com a criação do grupo de trabalho. A Sra. Aline Ribeiro, do CILSJ, esclareceu que, para formalizar o grupo, deverá ser elaborada uma Resolução definindo suas finalidades e atribuições, prevendo a participação de, no mínimo, três instituições. Informou, ainda, que será elaborada uma minuta de Resolução a ser encaminhada ao Subcomitê e à Câmara Técnica para avaliação, seguindo posteriormente para aprovação final pelo CTIL e pela Plenária. Todos de acordo, seguiu-se para o item **3 - Apresentação das obras previstas da Revisão Quinquenal (programadas, em curso e finalizadas)**.

A equipe da Prolagos, composta por Aline Araújo e Ricardo Crescêncio, apresentou a Revisão Quinquenal das obras previstas, destacando melhorias e ampliações nas Estações de Tratamento de Esgoto de São Pedro da Aldeia, Praia do Siqueira e Jardim Esperança, bem como a construção da nova ETE de Arraial do Cabo. Também foram informados os avanços na implantação do Cinturão da Lagoa, com trechos já concluídos e outros em andamento nos municípios envolvidos. No abastecimento de água, registrou-se a execução de adutoras e redes de distribuição em Arraial do Cabo, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Armação dos Búzios, beneficiando milhares de famílias, além de ações emergenciais de rede separativa, melhorias nas elevatórias e reforço das linhas de recalque. A Prolagos apresentou ainda projetos socioambientais e iniciativas de apoio às associações pesqueiras, incluindo o Bolsa Socioambiental, Bandeira Azul, Pescando Tradições, Biojóias, atividades culturais e projetos de geração de renda. O Sr. Roni levantou dúvidas sobre as restrições do Bolsa Pesca, que não permite a compra de equipamentos de proteção para uso dos pescadores, e a Sra. Aline Araújo esclareceu que a regulamentação do projeto prioriza a aquisição de materiais conforme o modelo de negócio das associações de pescadores, contemplando o que for necessário às suas atividades. Em seguida, reforçou-se a importância da fiscalização nas saídas das galerias de águas pluviais, considerando o surgimento recorrente de novas ligações clandestinas. Posteriormente, o Sr. Arnaldo questionou o motivo de a Prolagos não realizar o descarte do efluente da ETE de Arraial do Cabo no mar, em vez de direcioná-lo ao Canal da Alcalis e à Lagoa, tendo em vista o alto valor de investimento; em resposta, a Sra. Aline, da Prolagos, informou que essa era a intenção inicial, mas que, devido a impasses com o ICMBio, o projeto precisou ser modificado. Diante disso, foi decidido que o Subcomitê Araruama formará uma comissão para ir à Prefeitura de Arraial do Cabo e acompanhar os trâmites da obra da referida ETE. A Sra. Talita, da OAB, questionou a Prolagos quanto à previsão para igualar a tarifa cobrada no Município de Arraial do Cabo à praticada em São Pedro da Aldeia, uma vez que a primeira é inferior; em resposta, a Sra. Aline informou que a equiparação depende de regulação, pois as tarifas são determinadas pela Agenesra e passam por revisão de acordo com os

investimentos realizados em cada município, esclarecendo ainda que, atualmente, a tarifa do m<sup>3</sup> em Arraial do Cabo é de R\$ 14,20, enquanto nas demais cidades é de R\$ 16,58, e que a proposta de equiparação já está em análise pela Agenersa a pedido da Prolagos. Em seguida prosseguiu-se ao item 4 da pauta - **Proposta para elaboração de resolução para o reuso das águas das ETE Iguaba e São Pedro**. O Sr. Arnaldo explicou que essa discussão teve início no começo dos anos 2000 e se baseava na elaboração de uma Resolução que estabelecesse a transferência dos efluentes, direcionando-os aos municípios de origem por meio de córregos localizados dentro de cada território. O Sr. Arnaldo sugeriu que o Comitê elaborasse um ofício e uma Resolução, e o Sr. Mário Flávio, Secretário de Meio Ambiente de São Pedro da Aldeia, ressaltou que, para essa transposição, seria necessária a obtenção de Outorga. A Sra. Aline Ribeiro, do CILSJ, questionou se todos estavam de acordo e destacou que a proposta se enquadra na mesma dinâmica do GT Reuso, devendo passar pela Câmara Técnica, pela elaboração de minuta de Resolução e, posteriormente, ser aprovada pela CTIL e pela Plenária. O Sr. Mário Flávio sugeriu que a minuta tenha conteúdo semelhante ao documento elaborado pelos Prefeitos de São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande, comprometendo-se a disponibilizar o arquivo para consulta. Não havendo manifestações contrárias, a proposta foi aprovada e seguirá para as próximas etapas. Em seguida, deu-se prosseguimento ao item **5 – Assuntos Gerais**. O Sr. Roni Ribeiro iniciou a fala abordando o tema da dragagem em Cabo Frio, questionando o Sr. Mario Flávio acerca do conhecimento sobre o cronograma da obra, relatando a preocupação da comunidade de pescadores quanto à dispersão de sedimentos decorrente da intervenção e manifestando a necessidade de maiores informações sobre o tema; em resposta, o Sr. Mario Flávio informou que havia tratado do assunto com Vavá (do Inea), o qual relatou não haver licença específica nem estudo próprio para a referida dragagem, sendo utilizada a licença do Canal do Itajurú, com adoção de metodologia de dragagem convencional, acrescentando que seria pertinente a elaboração de ofício pelo CBHLSJ ou pelo CILSJ solicitando esclarecimentos formais sobre a obra, destacando que municípios do entorno também demonstravam preocupação e que alguns iriam acionar o Ministério Público em razão da ausência de informações básicas na placa da obra, como o valor do empreendimento; ressaltou ainda que a preocupação é relevante e que o tema é sensível, uma vez que intervenções dessa natureza podem provocar alterações na coluna d'água e, conseqüentemente, impactar a dinâmica de maré da Laguna de Araruama, concluindo pela necessidade de encaminhamento de ofício ao INEA solicitando informações técnicas detalhadas sobre a dragagem, a respectiva licença ambiental e as medidas de contenção a serem adotadas. Por fim, a Sra. Talita realizou a leitura dos pontos contendo o detalhamento das informações técnicas as quais sugeriu que fossem inseridas no ofício a ser endereçado ao INEA, conforme descrito a seguir: Diante do exposto e da interdependência do ecossistema lagunar, solicitamos, com urgência, as seguintes informações detalhadas sobre as obras, que são de interesse de todos os entes aqui representados: 1. Cronograma Completo: Datas de início e previsão de término de cada fase da obra na Praia do Siqueira, com projeção das próximas etapas; 2. Etapas da Dragagem: Descrição das fases específicas da dragagem e da retirada do lodo, com os locais exatos de intervenção em cada etapa e os volumes estimados; 3. Metodologias Utilizadas: Informações detalhadas sobre os métodos e equipamentos que serão empregados nas operações de dragagem, transporte e destinação final do material dragado; 4. Plano de Mitigação de Impactos: Detalhamento das medidas de mitigação de impactos ambientais e sociais previstas, com foco especial na prevenção da dispersão de resíduos e na proteção das áreas adjacentes e de outros municípios da bacia lagunar; 5. Monitoramento Ambiental: Informações sobre o plano de monitoramento ambiental da qualidade da água e sedimentos durante e após as obras, incluindo a frequência das análises e os parâmetros avaliados; 6. Canais de Comunicação: Indicação de um ponto de contato ou canal oficial para o acompanhamento contínuo e o esclarecimento de dúvidas por

parte da comunidade pesqueira e dos órgãos fiscalizadores.

Não havendo mais assuntos a ser tratados o Sr. Roni Ribeiro encerrou a reunião.

**Registro Fotográfico:**



**Relator:** Yamara Melo Revisada pelos membros em reunião 24/04/2026

**Elaborado em:** 28/11/2025

**Aprovado em:** 24/04/2026

Assinado digitalmente na ZapSign por  
Roni Ribeiro

Data: 22/05/2026 16:41:12.376 (UTC-0300)



**RONI RIBEIRO**

Diretor do Subcomitê da Lagoa de Araruama  
CBHLSJ

# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)

Última atualização em 22 Maio 2026, 16:41:12



Status: Assinado

Documento: Sinopse\_de\_reunião\_Sub\_Araruama\_24-10-2025.Pdf

Número: d5cc1779-fe99-4120-ab0b-e5db0507d074

Data da criação: 20 Maio 2026, 09:06:48

Hash do documento original (SHA256): e839a64826aa0c70e91fce381955858476f1ad386bc7786394827b64e8b56f24



## Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

<p>Assinado  via ZapSign by Truora</p> <p><b>RONI RIBEIRO</b></p> <p>Data e hora da assinatura: 22/05/2026 16:41:12 Token: c0218362-12ca-47cf-8ac9-8946ebcea863</p>	<p>Assinatura</p> <p>Roni Ribeiro</p>
<p><b>Pontos de autenticação:</b></p> <p>Telefone: 5522998102788 E-mail: ribeiroroni@yahoo.com.br</p>	<p>Localização aproximada: -22.852482, -42.102224 IP: 138.59.122.244 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/148.0.0.0 Mobile Safari/537.36</p>

## INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número d5cc1779-fe99-4120-ab0b-e5db0507d074, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)

ZapSign d5cc1779-fe99-4120-ab0b-e5db0507d074. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.